



III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 13 a 14 de novembro de 2019

CRISE DO CAPITAL E REATUALIZAÇÃO CONSERVADORA: possibilidades de reafirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social?

GASPAR MENDES DA SILVA, Thaís

RESUMO: A discussão proposta por este artigo é parte dos estudos em andamento de doutoramento em Serviço Social e tem por objetivo problematizar a reafirmação do Projeto ético-político profissional do Serviço Social diante da atual conjuntura de crise do capital e do avanço ou reatualização do conservadorismo que repercutem diretamente na profissão. Parte-se da compreensão de que as transformações societárias do tempo presente trazem à tona o conservadorismo enraizado em nossa sociedade, ao mesmo tempo que reforça e fortalece-o no campo da formação e do trabalho do assistente social, o que pode gerar práticas profissionais fundamentadas por teorias acrílicas e contrárias a direção do projeto ético político profissional do Serviço Social. É nessa linha que o texto buscar pontuar alguns elementos para a reflexão de possíveis possibilidades de reafirmação do nosso projeto profissional frente ao atual contexto societário.

PALAVRAS-CHAVE: Crise do capital; Conservadorismo; Serviço Social; Projeto ético político profissional.

INTRODUÇÃO

No atual cenário nacional, a crise do capital e suas consequências societárias provocam mudanças nas relações de trabalho, como também alteram a vida cotidiana do trabalhador e suas famílias. Esse contexto retoma o pensamento conservador utilizando-o como mecanismo de manutenção da concentração do capital, uma vez que, dentre outros elementos, se difunde a ideia de que as crises e as expressões da questão social ocorrem em decorrência da degradação moral e, conseqüentemente a desestruturação familiar e os valores tradicionais são (re)pensados e (re)justificados nestes termos.

As profissões não são imunes as transformações societárias do tempo presente e nem as ideias conservadoras, pois elas se inserem na dinâmica da sociedade capitalista. No caso específico do Serviço Social, o conservadorismo representou as bases de formação da profissão e mesmo que hegemonicamente após a década de 1980 a direção social contemporânea da profissão, afirmada pela construção do Projeto ético-político tenha se assentado em projetos societários e profissionais contrários ao pensamento social conservador, ele nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional.

Nas análises de Boschetti (2015, p. 642) mesmo que o enfrentamento ao conservadorismo tenha permitido a construção do Projeto ético-político profissional do Serviço Social não significou a extinção do conservadorismo. A profissão “se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador”. O projeto profissional que representa a autoimagem do Serviço Social, construído pela categoria profissional ao longo dos últimos trinta anos e que se vincula ao um projeto coletivo societário encontra neste cenário de crise contemporânea do capital e reatualização do conservadorismo uma conjuntura desfavorável para sua reafirmação ou nos dizeres de Teixeira e Braz (2009, p. 14) de “continuidade do seu processo de consolidação”, pois, as respostas do capital a crise colocam em risco a manutenção ou não das suas bases teóricas, organizativas e ético-políticas.

Entretanto, corroborando com Barroco (2011) mesmo diante da crise propícia à objetivação de ideias e práticas neoconservadoras e individualistas, há também a coexistência no interior da sociedade e da profissão de formas de oposição e de resistência, exemplo disso, é que, paradoxalmente, foi em um contexto tão adverso quanto ao do tempo presente que o Projeto ético-político profissional foi gestado e se afirmou no Brasil. É, a partir dessa ótica, que este texto visa trazer alguns apontamentos para a reflexão sobre possibilidades da reafirmação do Projeto ético-político do Serviço Social, frente à crise contemporânea do capital e da reatualização do pensamento conservador.

1. TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E RETOMADA DO CONSERVADORISMO

A natureza da crise do capital contemporânea, em sua essência, não é diferente de outras crises que se abateram sobre o sistema capitalista, marcadas pelos traços constitutivos do estágio imperialista. Netto (2012) aponta que não existe capitalismo sem crise, pois elas fazem parte da dinâmica capitalista. As crises são resultados da “natureza contraditória do desenvolvimento capitalista, que ao potencializar seu processo de reprodução ampliada, reproduz fatores que expõem suas contradições e acionam crises” (BRAZ, 2012, p. 470). Desde as últimas do século XX, elas possuem maior duração e se apresentam em períodos menos espaços, alternando períodos de crescimento, auge, crise, recessão/depressão e retomada do crescimento.

As crises do capital provocam profundas alterações societárias. A crise emergente desde a década de 1970 e que ocorre no Brasil principalmente após os anos 1990 redesenha o perfil do capitalismo contemporâneo, apresentando novos traços e processos inéditos. Estas transformações estão vinculadas principalmente as mudanças ocorridas no mundo do

trabalho aliadas a revolução científica e técnica do século XX e que alteram os circuitos produtivos (NETTO, 2012).

Nesse momento, o projeto restaurador neoliberal, como resposta às exigências do grande capital “viu-se resumido no tríplice mote “flexibilização” da produção e das relações de trabalho, “desregulamentação” das relações comerciais e circuitos financeiros e da “privatização” do patrimônio público estatal” (NETTO, 2012, p. 417). O Estado burguês, também se redimensiona neste contexto e a mudança mais evidente se dá pela diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras”. Ocorre a retirada das coberturas sociais públicas e o corte nos direitos sociais. A estratégia do capital é a “redução do Estado”, calcada na defesa do privatismo da ideologia neoliberal, em um processo de “ajustes” com vistas a diminuir o ônus ao capital (NETTO, 2012).

Esse “ajuste” da crise do capital contemporânea penaliza fortemente os trabalhadores, pela via da redução dos postos de trabalho, aumento da exploração, reduções salariais, bem como, ataca os sistemas públicos de seguridade social. Posto pela lógica neoliberal e globalizada, presencia-se a priorização de metas de privatização, a liberalização da economia, o achatamento dos programas sociais e o desaparecimento de postos de trabalho formais, na mesma lógica que, acentua a exclusão social, econômica, política e cultural da classe trabalhadora. No campo ideocultural, assolado pelos ventos neoliberais, há “o avanço do fundamentalismo religioso e da intolerância que acirra a discriminação, e variadas formas de opressão se manifestam de maneira cada vez mais violenta” (BOSCHETTI, 2015, p. 640). As transformações societárias não refletem apenas mudanças nas relações de trabalho, mas provocam modificações também na vida cotidiana do trabalhador e suas famílias, como nos direitos à educação, no lazer e na vida privada, acentuando a concentração do capital.

Segundo Barroco (2015), em momentos de crise social o conservadorismo se reatualiza pois encontra condições favoráveis para se desenvolver “exercendo a função de enfrentamento das tensões e contradições sociais e contribuindo, direta ou indiretamente, para a apologia do capitalismo (LUKÁCS, 1972; BARROCO, 2013b *apud* BARROCO, 2015, p. 624).

Posto isso, cabe algumas considerações sobre o surgimento do pensamento conservador. Para Netto (2011, p. 40) “não é um estilo de pensamento intemporal, a-histórico, encontrável em qualquer tempo e em qualquer sociedade”, ele é uma expressão cultural particular de um tempo e um espaço sócio histórico de configuração da sociedade burguesa. Segundo a autora, o surgimento do pensamento conservador é fruto do período de configuração da sociedade burguesa, mais precisamente, do momento em que com a revolução política que coroa todo o processo de revolução burguesa, dentre os séculos XVI e XVIII, “a burguesia destrói o Estado feudal e molda o seu Estado” (NETTO, 2011, p. 44). A burguesia como classe dominante deixa de lado o protagonismo revolucionário e passa a

defender seus interesses particulares, deixando de representá-los para o conjunto da sociedade. O espírito da burguesia que a levou à revolução cede lugar a ação defensiva, voltada para a manutenção das instituições sociais que criou e para a defesa do seu *status quo*. Como função ideológica o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes acendidos pela burguesia dominante. No caso brasileiro, reproduz um modo de ser ascendido e mantido pelas nossas elites (burguesia) com seu racismo, preconceito de classe e horror ao comunismo (BARROCO, 2015).

Sobre a reatualização do conservadorismo, Netto (2011) pontua que foi no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970-1980 que se constitui uma impressionante onda conservadora, subjacente a ofensiva neoliberal. Para Barroco (2015), o conservadorismo incorpora “princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade”, servindo de mecanismo de enfretamento ideológico das tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal.

[...] apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (BARROCO, 2015, p. 624-625).

Segundo a mesma autora (2015, p. 625) “a moral desempenha uma função de destaque no ideário conservador, sendo concebida como base fundante da sociabilidade e da política”. Para reforçar sua tese, a autora utiliza as considerações de Russell Kirk, onde apresenta que

Uma sociedade onde homens e mulheres forem governados pela crença em uma ordem moral duradoura, por um forte sentido de certo e errado, por convicções pessoais sobre a justiça e a honra, será uma boa sociedade - não importa que mecanismo político se possa usar (KIRK, 1993 *apud* BARROCO, 2015, p. 625).

Essa forma de pensar, nos argumentos de Barroco (2015) leva a ideia de que as crises da sociedade capitalista e as expressões da questão social acontecem em decorrência da degradação moral, e nesse sentido, a desestruturação familiar e os valores tradicionais são pensados e justificados em termos morais, daí as críticas dos conservadores ao Estado com ampla cobertura de proteção social.

No Brasil, a partir da onda neoliberal dos anos 1990, a crise estrutural do capitalismo revela o esgotamento de suas potencialidades emancipatórias e o avanço do seu caráter destruidor, tanto da vida humana quanto da natureza. Há uma forte disseminação ideológica de apelo à ordem, que segundo Barroco (2015, p. 625) é duplamente conservadora por:

[...] evidenciar um dos valores fundamentais do (neo)conservadorismo; segundo, porque sua forma de objetivação é moralista, ou seja, moraliza as expressões da questão social, ao tratá-las como resultantes de “problemas” de ordem moral. Esse

apelo moralista é facilitado pela reificação das relações sociais e pelo irracionalismo, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização.

Esse apelo à ordem, segundo a autora, é resultado de clima social de insegurança generalizada marcada pela violência e pelo medo social que assolam o país, objetivando-se pelas novas formas de violência econômica e extra econômica, pelo agravamento das expressões da questão social, pelo aumento da criminalidade, do desemprego, da degradação da vida social e do trabalho. Esse cenário, gera um clima social de insegurança que facilita os apelos à ordem e à repressão e “alimenta a convicção de que o crime e a brutalidade são inevitáveis” (COSTA, 1990, p. 83-83 *apud* BARROCO, 2015, p. 626).

Em uma sociedade como a brasileira, marcada por traços culturais conservadores e autoritários, a ideologia dominante (conservadora) em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe, exerce a função de enfrentamento das tensões sociais, e, como apontado anteriormente, trata a violência deslocada de suas determinações sociais. Algumas das mídias, falada e escrita, são importantes instrumentos para reforçar essa ideologia, quando ao documentarem os fatos “falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia” (BARROCO, 2011, p. 208).

[...] as expressões da questão social voltam a ser tratadas como caso de polícia e enfrentadas com estratégias de guerra permanente, além de ser concebidas como “mal necessário”, apontando para “a construção de uma nova hierarquia moral monstruosamente simplificadora do universo social como uma luta entre fortes e fracos” (COSTA, 1990, p. 83-85 *apud* BARROCO, 2015, p. 627).

Diante da ofensiva do conservadorismo no Brasil, percebe-se que ele atinge diversas dimensões da realidade social e, nas palavras de Barroco (2015, p. 632) “as profissões não são imunes a essa invasão”. No campo das profissões, bem como no campo da vida social, o pensamento conservador associado ao neopositivismo contribui para “o empobrecimento da crítica, para a subjetivação da história e a naturalização das desigualdades, facilitando a transferência dos conflitos para o imaginário, fortalecendo a resignação e o pessimismo em face da realidade” (BARROCO, 2015, p. 633).

2. SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

A profissão Serviço Social é inscrita no Brasil há apenas 83 anos e têm sua gênese datada da década de 1930. Se institucionalizou como uma profissão estratégica ao processo de controle dos conflitos entre capital e trabalho, e conseqüentemente da questão social, como uma estratégia da classe dominante para disciplinar e atenuar os males sociais advindos da expansão capitalista. É subproduto da síntese dos projetos político-econômicos

e está situada na sociedade capitalista como um elemento que participa da reprodução das relações de classe e da contradição nelas existente (MONTAÑO, 2007).

Desde o seu surgimento até o final da década de 1970, a profissão foi orientada predominantemente por uma racionalidade conservadora, própria da sociedade capitalista. Baseada no positivismo empiricista e praxista valeu-se de referenciais teóricos e ideoculturais essencialmente funcionais para a explicação e justificação da ordem social estabelecida pela dominação burguesa. Essa concepção orientada por pressupostos neotomistas e positivistas pode ser visualizada nos Códigos de Ética profissional de 1948, 1962 e 1975 (BARROCO, 2001). A reação da profissão a herança conservadora começa a se gestar nos anos 1960 e ganha corpo a partir do final dos anos 1970 e é nomeada por Netto (1991) como “intenção de ruptura”. Com ela se constrói coletivamente o Projeto Ético-Político que tem no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979 sua mais emblemática expressão. Esse evento, representa o marco histórico de um novo posicionamento da categoria e das entidades do Serviço Social, que assumem “seu caráter contestador e de expressão do desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira” (CFESS, 1996).

A partir da década de 1980 o Serviço Social aprofundou seu processo de rompimento com o pacto conservador estabelecido entre a profissão e o projeto desenvolvimentista burguês. Incorpora uma modalidade de razão, compreendida como crítico-dialética, defendida por setores progressistas tanto da própria categoria quanto externos a ela, o que confere a profissão a construção de um novo projeto profissional que tenta vincular a profissão ao projeto social da classe trabalhadora, comprometido com a defesa dos direitos universais e com ações profissionais respaldadas em valores humanos genéricos e não individualistas. A reação ao conservadorismo e a construção do Projeto Ético-Político Profissional só foram possíveis pela conjunção de quatro importantes processos:

Primeiro, pela incorporação da teoria crítica marxista no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento pelo Serviço Social, que alçou a profissão à estatura das melhores produções críticas existentes sobre questão social, política social, direitos e emancipação, fundamentos do Serviço Social, ética, e lhe permitiu romper com o pensamento conservador predominante nas ciências sociais. Segundo, pela articulação do Serviço Social com movimentos sociais e partidos políticos anticapitalistas, o que lhe atribuiu um compromisso ético-político e profissional com as classes trabalhadoras, incrustado em nosso Código de Ética Profissional. Terceiro, pela superação do até então monopólio conservador que orientava a formação e o trabalho profissional, por meio do confronto crítico de ideias, valores, princípios e teorias. E quarto, pela construção de uma organização teórica-política-profissional - Conjunto CFESS/Cress, Abepss e Enesso - comprometida com valores e lutas anticapitalistas (NETTO, 2009, p. 149 *apud* BOSCHETTI, 2015, p. 641).

Para Netto (1991), a década de 1980 é considerada o período de “maioridade intelectual” da profissão, pois avança para a década seguinte com produções críticas balizadas por discussões sobre o Serviço Social enquanto uma especialização inscrita na

divisão social e técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais. Situado na passagem da década de 1980 para 1990 a discussão sobre o Projeto profissional ganha contornos significativos, resultado de um longo e coletivo processo capitaneado pelas entidades nacionais da categoria profissional.

A partir dos anos 1990 o Projeto ético-político do Serviço Social se consolida no âmbito da profissão e, contraditoriamente, é nessa mesma década, que as transformações societárias capitalistas chegam fortemente no Brasil, provocando profundas alterações nas relações de produção e na definição do papel do Estado. Permeado por desafios que perpassam uma trajetória de lutas e inserido no universo de resistências da categoria profissional a consolidação do Projeto ético-político do Serviço Social se dá em condições extremamente adversas.

Em linhas gerais, o escopo desse Projeto construído pelo Serviço Social, de acordo com Netto (2009, p. 15), vincula-se “a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”. Afirma a “defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo”. Descreve-o tendo como núcleo central, a liberdade, sendo “entendida historicamente como possibilidade de escolha entre alternativas concretas, portanto, defende um compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. Em sua dimensão política apresenta sua direção em “favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e consolidação da cidadania”. E democrático, considerando a democracia “como socialização da participação política e a socialização da riqueza socialmente produzida”.

O Projeto ético-político para Teixeira e Braz (2009), possui valores e pilares materializados e expressos na realidade por componentes construídos pelos próprios assistentes sociais através: produção de conhecimento no interior do Serviço Social; das instâncias político organizativas da profissão; e da dimensão jurídica e política da profissão, principalmente pelo Código de Ética profissional (1993), Lei de Regulamentação da profissão (1993) e Diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS (1996). Contempla o projeto de profissão ao projeto social da classe trabalhadora, comprometido com a defesa dos direitos universais e com ações profissionais respaldadas em valores humanos genéricos e não individualistas, a partir de uma perspectiva crítica. Deste modo, diante de um contexto de forte ofensiva capitalista, de crise mundial, com mudanças que atingem diretamente a classe trabalhadora e os seus projetos de superação da ordem burguesa, e ainda, de retomada do conservadorismo, na visão de alguns autores, sua reafirmação parece pouco provável.

Entretanto, na busca de ultrapassar essa visão fatalista se faz importante ressaltar que a construção das dimensões do Projeto ético-político se construíram em um contexto tão

adverso quanto o atual e diante das novas exigências societárias, essas podem ser reafirmadas a partir da indignação a barbárie e do estímulo à construção de formas coletivas e individuais de resistência.

3. POSSIBILIDADES DE REAFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Diante do quadro de continuidade acelerada da ofensiva do capital associada ao pensamento conservador e também ao enfraquecimento da luta e resistência dos movimentos organizativos do trabalho, o Projeto ético-político se encontra em um movimento crucial de sua trajetória, uma vez que, as respostas do capital a crise contemporânea não oferecem uma conjuntura favorável a reafirmação do projeto profissional e ainda colocam em xeque a manutenção ou não das suas bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão (TEIXEIRA; BRAZ, 2011).

Diante das transformações societárias decorrentes da crise contemporânea do capital, o exercício profissional do assistente social se insere a partir de uma dupla dimensão: como força de trabalho assalariada e como profissão que redefine seu perfil profissional frente as novas exigências. Isso significa dizer, que os assistentes sociais “são profundamente atingidos pelas determinações da precarização do trabalho e sua autonomia socioprofissional, limitada quanto ao seu direcionamento ético-político” (CEOLIN, 2014, p. 256). Essas manifestações de precarização do trabalho, segundo autora, são ao mesmo tempo objeto de intervenção profissional e de condições de trabalho dos assistentes sociais, como trabalhadores assalariados. Essas expressões da condição de precariedade do trabalho, no tempo histórico de crise estrutural do capital podem impactar nas condições objetivas para reafirmação das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão.

Segundo Barroco (2011), a precarização das condições de trabalho, a fragilização de uma consciência crítica e política determinada por condições objetivas e reais de sobrevivência nos moldes capitalistas de produção, podem vir a contribuir para reatualização do conservadorismo no campo do Serviço Social, visto que, a categoria profissional também sofre com os processos de alienação, com a influência do medo social e da violência, em suas formas subjetivas e objetivas, Posto isto, a autora aponta que

Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-político, na medida em que a sua viabilização não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, tendo em vista as suas determinações objetivas, nem se resolve individualmente. Além disso, não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas (BARROCO, 2011, p. 213).

O cenário atual pode facilitar a retomada de projetos contrários ao defendido pelo Projeto ético-político profissional, principalmente àqueles de base conservadora, entretanto, a trajetória de lutas da categoria profissional, inserida no universo de resistências da sociedade brasileira pode permitir o seu enfrentamento, ou seja, há possibilidades para a reafirmação do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea do capital e a reatualização do conservadorismo.

Na década atual, a reafirmação ou a “continuidade do processo de consolidação” do Projeto ético-político sofre ameaças diante do avanço das políticas neoliberais e do pensamento conservador que repercutem na sociedade e na profissão. Uma das estratégias postas na defesa do Projeto profissional implica no compromisso com o aperfeiçoamento intelectual constante do assistente social e de uma formação acadêmica qualificada e fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social, pois

Sabe-se que a realidade não se apresenta no aparente de forma total, apenas parcial, pois se assim o fosse, explica Kosik (1995) valendo-se de Marx, seria inútil o papel da ciência e da filosofia. Ao contrário, como a essência - diferentemente dos fenômenos - não se manifesta diretamente, e desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, têm de existir a ciência e a filosofia. A partir das contribuições de Kosik (1995), ter clareza da dubiedade da qual se reveste a realidade social é essencial para o assistente social, para que, imbuído de uma visão de homem e de mundo, de apreensão crítica do objeto de atuação profissional, consiga captar suas contradições (FRAGA, 2010, p. 55).

Não é apenas o neoliberalismo e a retomada do conservadorismo que impedem a reafirmação do projeto profissional do Serviço Social. No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que tem afirmado a impossibilidade da superação da ordem capitalista. Esse ideário expresso principalmente pela pós-modernidade, pode ser considerada a base ideocultural da crise do capitalista sobre a qual a ordem burguesa se apoia para se manter dominante (TEIXEIRA; BRAZ, 2011). “Combater” esses novos modos de pensar, apoiado na dimensão teórica, ética e política do projeto profissional pode ser uma das possibilidades para reafirmar a direção social do projeto ético-político do Serviço Social. Para tanto, se faz necessária a elaboração de respostas políticas aos desafios atuais nos âmbitos da formação e do exercício profissional realizado nas diversas áreas de atuação, calcados em intervenções qualificadas, éticas e comprometidas socialmente com a ampliação e consolidação de direitos.

As respostas no âmbito da formação profissional se colocam como imprescindíveis, pois segundo Boschetti (2011, p. 647) a “reatualização do conservadorismo no âmbito do “fazer profissional” está intimamente relacionada e mesmo determinada pelo avanço de certos traços conservadores na formação profissional”. O pensamento pós-moderno vem adentrando os currículos, diga-se de passagem, à revelia das Diretrizes Curriculares e este tem revitalizado alguns traços conservadores, a saber:

O *metodologismo* ressurgiu sob a forma de ênfase no tecnicismo e legalismo positivista, como elemento crucial na formação e na pesquisa, em detrimento do questionamento, da crítica, da grande política como elementos fundamentais do pensamento crítico [...].

[...] O *teoricismo* acrítico é outro traço conservador e se caracteriza como conceituação operacional e adoção de categorias pós-modernas e conservadoras das Ciências Sociais (sobretudo Sociologia, Psicologia e Antropologia), que aceitam sem criticidade as teses do “fim da história”, ou mesmo teorias que defendem as relações mercantis, ainda que sob a égide da socialdemocracia [...].

[...] O *aligeiramento* da formação e da pesquisa é um traço absolutamente contemporâneo. O expansionismo superficial de cursos é extremamente funcional ao conservadorismo, pois conserva e mesmo agudiza a perspectiva de formação funcional ao mercado e subordina os conteúdos profissionais à demanda do mercado, ou seja, do capital.

[...] O *pragmatismo* alimenta um tipo de formação, mas também de trabalho profissional, baseado na filosofia utilitarista, no imediatismo, no famoso discurso de que “na prática a teoria é outra”. Tal postura leva à negação da teoria, à adesão ao praticismo acrítico, à ação imediatista, desprovida de compromisso político com a transformação estrutural das relações socioeconômicas [...].

[...] O *voluntarismo* revela um subjetivismo descolado da objetividade e das múltiplas determinações do real. Alimenta-se na pobreza teórica que considera desnecessário estudar, ler, conhecer em profundidade as teorias e seus autores. Favorece a ação pragmática individualizada e a responsabilidade pessoal e profissional no trato das expressões da questão social [...].

[...] O *contentamento com o possibilismo* é típico do conformismo com mudanças no quadro das instituições capitalistas existentes. É a concordância com a “melhoria” social possível nos marcos do capitalismo [...] (BOSCHETTI, 2011, p. 647-649).

Esses traços conservadores são “fomentados pelo desencanto e pelas sucessivas perdas sociais históricas, submetidas à barbárie neoliberal”. Como forma de conter o avanço, enfrentá-los e superá-los exige-se a construção de estratégias coletivas pautadas no Projeto ético-político profissional que vem ao encontro da defesa de uma formação profissional assentada na perspectiva de totalidade. Nos dizeres de Boschetti (2011, p. 649-650) significa “nenhuma concessão ao possibilismo e ao reformismo”, a recusa a formação “aligeirada, acrítica e tecnicista” e aos “modismos tecnicistas e pragmáticos na formação”.

Outro ponto referente ao campo da formação profissional, que já vem sendo discutida pela categoria profissional refere-se à formação pela modalidade a distância e a proliferação de cursos privados presenciais. A partir de uma perspectiva crítica a adoção da modalidade EAD de ensino ou mesmo de cursos privados precarizam a formação em Serviço Social, apoiando uma formação acrítica e tecnicista com vistas a atender as necessidades do mercado, remodeladas pelas respostas do capital a crise contemporânea.

O posicionamento contrário a essa modalidade de formação profissional e a proliferação de cursos privados, que vem sendo assumida pelas entidades de representativas do Serviço Social precisa avançar, pois estas implicam na perda da qualidade da formação, acarretando a submissão do trabalho as normas do mercado e a ausência de um pensamento crítico. De acordo com Iamamoto (2014, p. 624)

O desmesurado crescimento do quadro profissional nas últimas décadas, decorrente da expansão acelerada do ensino superior privado — em particular no ensino à distância — tem implicações na qualidade acadêmica da formação, no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e menos na descoberta científica. A

massificação e a perda de qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos profissionais às demandas e “normas do mercado”, tendentes a um processo de politização à direita da categoria. O aumento do contingente profissional vem acompanhado de crescimento do desemprego em uma conjuntura recessiva, pressionando o piso salarial e a precarização das condições de trabalho, aumentando a insegurança no emprego e a concorrência no mercado profissional de trabalho. Dificilmente a oferta de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do número de profissionais, podendo desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva, como recurso de qualificação do “voluntariado”, e no reforço ao clientelismo político, aos chamamentos à “solidariedade” enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe.

Cabe, segundo a autora a defesa de uma formação profissional que congregue

[...] aprofundamento teórico-metodológico das matrizes de análise, especialmente do método crítico dialético e respectivo acervo categorial; do significado dos núcleos como estruturantes da formação; dos fundamentos do Serviço Social, articulando as dimensões de história, teoria e método; a necessidade de reforço de conteúdos relativos à formação social brasileira, a compreensão da transversalidade da ética e da pesquisa e o estágio supervisionado (IAMAMOTO, 2014, p. 624).

No campo profissional, a retomada dos princípios e valores do Projeto ético-político pode legitimar e contribuir com o Serviço Social na luta social voltada para a construção de um novo modelo societário, onde “emancipação humana” e “emancipação política” não se convertam somente em buscas de possibilidades no campo de embates históricos. Essa retomada dos princípios, parcialmente pode ser fortalecida pelo

[...] incentivo à criação de núcleos de pesquisa e de estudos voltados para a capacitação [...] demandas dos alunos e profissionais que precisam ser atendidas de forma qualificada, para identificar análises irracionalistas, presentes no ideário pós-moderno, que negam a universalidade dos valores, a perspectiva de totalidade, a luta de classes, o trabalho, o marxismo, afirmando um pluralismo apoiado no ecletismo e na relativização da verdade objetiva, passível de ser apreendida pela razão dialética (BARROCO, 2011, p. 214).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contemporâneas transformações societárias revelam o conservadorismo enraizado em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que reforça e fortalece-o no campo da formação e do trabalho do assistente social, que “por vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente no Serviço Social”, o que pode levar a reprodução de práticas profissionais fundamentadas por teorias acríticas e contrárias à direção do Projeto ético-político profissional (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Todavia, é campo da formação e do exercício profissional, respaldados por uma teoria de base crítica que essa prática conservadora pode ser rechaçada, visto que ela possibilita aos assistentes sociais a constante indignação com a barbárie e o naturalismo das condições de vida da classe trabalhadora, onde se inclui a própria categoria profissional. Reafirmar os princípios do nosso projeto profissional perpassa, necessariamente pela construção coletiva

de estratégias políticas e profissionais coletivas, tanto no âmbito da formação, quanto do trabalho profissional, sintonizadas com o fortalecimento das entidades organizativas que se colocam na defesa de projetos coletivos contrários à ordem neoliberal vigente e sinalizem para resistência e afirmação dos princípios construídos coletivamente em uma conjuntura tão adversa quanto a atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROCO, Maria Lucia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.
- BARROCO, Maria Lucia S. Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BARROCO, Maria Lucia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.
- BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015
- BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul./set. 2012.
- CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS-CRESS. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo, Cortez, 1996.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Antecedentes, a origem sob o controle estatal**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php. Acesso em: 26 jun. 2016.
- FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014
- MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a gênese, a "especificidade" e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.
- NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs.) **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Ed Cortez, 2011.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS, **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. 2009.